

DÉFICIT PÚBLICO

Cortes federais prejudicam estados

por José Casado
de São Paulo

O governo federal deverá conseguir, neste ano, uma substancial redução do seu déficit operacional, próximo dos níveis estabelecidos no acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Mas a política que está sendo executada pela Secretaria do Planejamento (Seplan), da Presidência da República, com o objetivo de viabilizar esse "corte" no déficit federal, tem uma séria consequência: agrava a crise financeira dos estados e municípios, refletindo-se em um grande aumento no déficit operacional dos governos estaduais e municipais.

A essa conclusão chegou o secretário do Planejamento de São Paulo, José Serra: "O déficit federal diminui, enquanto o dos estados e municípios aumenta", diz. Com base nos dados utilizados pela equipe econômica governamental para fundamentar a exposição de motivos do Decreto-lei nº 2.064, o secretário paulista fez uma demonstração matemática (ver tabela).

A RECESSÃO

Nesse exercício, Serra projeta uma redução do total do déficit público na



José Serra

proporção de 6% do Produto Interno Bruto (PIB) para 2,7%, neste ano, e para 0,3%, em 1984. O déficit operacional do governo federal, assim, cairia de 5,4% do PIB, no ano passado, para 1,6%, neste ano, e 0,6%, no próximo exercício. Em contrapartida, o déficit dos estados e municípios aumentaria de 0,8% do PIB (82) para 1,1% (83), caindo 0,6% (84).

Ele acha que esse quadro pode ser mais bem compreendido se observadas algumas variáveis da atual política econômica: "Isto não se deve a uma eventual falta de austeridade nas

despesas estaduais e municipais, mas sim à queda de sua receita tributária básica que é o ICM, em face da recessão e da composição do atual processo inflacionário, liderado por preços cujos produtos pagam menos ICM", disse ele, em palestra, ontem, no Fórum dos Governadores, que se realiza em São Paulo.

E acrescentou: "Para o conjunto dos estados, o ICM no período janeiro-julho deste ano, comparativamente com o mesmo período de 1982, caiu em nada menos que 7,3% em termos reais. Em São Paulo esta queda foi de 10%. Enquanto isso, a União, dispondo e utilizando de sua liberdade de impor e elevar tributos, conseguiu aumentar sua receita real em 13,6% — em idênticos períodos. Sem dúvida, este fator é importante para explicar o declínio do déficit da União".

A EMERGÊNCIA

Observa que, na diferença entre os custos operacionais da máquina federal e das estaduais e municipais, as últimas saem perdendo, porque mantêm um "potencial de compressão de despesas mais elevado". E mais ainda: como essa política de redução do déficit federal está impondo graves restrições à "rolagem" das dívidas dos estados e municípios, há um fator adicional de asfixia administrativa.

Dessa forma, "sem deixar de lado a idéia de uma reforma tributária mais ampla e profunda", Serra julga "imprescindível" a execução de um conjunto de medidas "de emergên-

cia", que proporcionem "um certo desafogo" financeiro e tributário às administrações estaduais e municipais.

Relaciona, como sugestão, o aumento dos Fundos de Participação dos estados e municípios; o resarcimento para os estados do ICM não cobrado sobre as exportações de produtos industrializados; a inclusão do IPI na base de cálculo do ICM para todos os produtos, inclusive cigarros; eliminação das isenções de ICM; transferência de competência do Imposto Único sobre Minerais para os estados, com participação dos municípios; aumento das participações no Imposto Único sobre Com-

bustíveis e Lubrificantes; e, "rolagem" mais alta das dívidas interna e externa dos estados e municípios. Se essa "rolagem" mais elevada não for possível, "deve-se, então, fazer a encampação dessas dívidas

pelo governo federal — no caso da dívidas externa, passando-se a dever em cruzeiros para o Banco Central, sem falar da adequação, revisão ou extinção da Resolução 831 do BC".

DÉFICIT OPERACIONAL DO SETOR PÚBLICO EM PORCENTAGEM DO PIB

	1982	1983	1984
Governo Central	2,4	-0,6	-1,6
Empresas Estatais (SEST)	3,2	2,6	1,0
Providências, outras agências e fundos e programas	-0,2	-0,4	0
Total Governo Federal	5,4	1,6	-0,6
Estados e Municípios	0,6	1,1	0,3
Total do Setor Público	6,0	2,7	-0,3

FONTE: Exposição de Motivos do DL 2064/Seplan-SP.